

Apresentação

A Revista Fronteira Interdisciplinares do Direito que nos cabe a responsabilidade de apresentar é inteiramente oportuna na conturbada fase que a sociedade brasileira atravessa, nomeadamente na área do Direito.

As abordagens variadas aqui tratadas perpassam pela psicologia, psicologia da Religião, psiquiatria, neurociências, filosofia do Direito, Direito Penal, Educacional, entre outras.

A vertente histórica e a problemática atuais do Poder Judicial sútil. A sobrecarga de trabalho, cada vez mais diversificada, que recai sobre os juristas constitui obstáculo ao verdadeiro exercício de sua liberdade.

Acresce que na era da globalização, pela abolição de fronteiras e livre circulação, em breve os poderes do Estado serão ultrapassados por uma realidade socioeconômica que vai incidir diretamente sobre o Poder Judiciário. Pensar o Direito é pensar de forma interdisciplinar, os artigos deste volume da Revista refletem esta forma de pensar.

O primeiro artigo, “*Transtorno Dissociativo de Identidade: aspectos diagnósticos e implicações clínicas e forenses*”, apresenta as controvérsias teóricas em torno do diagnóstico de TDI – Transtorno Dissociativo de Identidade e suas implicações clínicas e forenses.

Com a introdução de temas da psiquiatria e da neurociência, o artigo *Aspectos Críticos e Jurídicos do Dano Psíquico e a Neurociência* faz uma reanálise do *dano psíquico* como um dano à saúde e suas consequências, no âmbito jurídico penal e da tutela da saúde, rearticulado com os novos desafios trazidos pela Neurociência.

Sob o viés da Filosofia do Direito, o artigo *O Paradoxo da Hermenêutica Judicial Ideológica* propõe a adoção do paradigma hermenêutico transformando a impossibilidade de neutralidade em potencial interpretativo dialógico e construtivo no processo judicial.

O artigo, *Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 5.537: análise do direito à educação em face dos vícios materiais da lei 7.800/2016, que instituiu o Programa Escola Livre*, realiza um estudo de caso do Direito Constitucional, percorrendo sobre a inconstitucionalidade da lei 7.800/ 2016 do estado do Alagoas e a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Os três últimos artigos são pertencentes à área do Direito Penal. Em “*A obra Vigiar e Punir: nascimento da prisão e sua inferência para o Direito Penal e para a Sociedade*” há uma reflexão sobre a prisão no pensamento de Michel Foucault e sua implicação na dimensão da sociedade neoliberal. Ainda, explorando o liberalismo econômico, o artigo “O Direito Penal e o liberalismo: considerações a respeito do papel do Direito Penal em um Estado Liberal” discute o papel do direito penal em um Estado Liberal. O último artigo e “Prisão preventiva: Um olhar aos princípios e as concepções penais no Brasil” versa sobre a concepção da prisão preventiva no Brasil.